

Análise intersetorial das políticas, programas públicos e produção científica para os adolescentes na atenção básica de saúde

Carlos Eduardo da Silva Dias *

Introdução

Os adolescentes são fortemente influenciados por situações de risco, o que irá determinar para um maior ou menor grau de vulnerabilidade.

Ações de saúde integrais e organizadas são pouco aplicadas para este público fazendo-se necessário conhecer propostas públicas existentes e organizar o serviço de atendimento conforme preconiza as leis específicas à situação.

Este estudo teve por finalidade reunir argumentos, dados e informações capazes de perceber estratégias de atendimento às demandas desta parcela populacional, privilegiando um ambiente onde estes indivíduos encontram-se em processo contínuo de formação intelectual e cidadã.

Objetivo

Analisar os projetos governamentais e políticas públicas para o adolescente, especialmente as referentes a relatos de experiências exitosas de instituições que buscaram o vínculo educação, escola e serviços de saúde.

Metodologia

Análise da produção científica e documental sobre o tema proposto. Além de pesquisa documental e bibliográfica, através de experiências vividas no atendimento cotidiano, via leitura de teses de doutorado que realizaram trabalho de campo com adolescentes em serviços de atenção básica, escolas e outros equipamentos dentro da comunidade através de análises em fontes secundárias, com dados e informações qualitativas e quantitativas.

Consulta a base de dados do Tabnet, Censo BH Social, no banco de dados da Atenção Básica da Secretaria Municipal de Belo Horizonte.

Pesquisa em sites científicos relacionados ao tema, como leis, normas, resoluções e portarias do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação, dos Governos municipais e da Organização Mundial de Saúde.

Desenvolvimento

Os adolescentes são entendidos como grupo populacional de 10 a 19 anos de idade, correspondendo a 24% a população brasileira.

Principais características deste período: rápidas mudanças físicas, cognitivas e sociais, junto à maturação sexual e reprodutiva.

Este artigo justifica-se pelos elevados índices de gravidez não planejada, Doença sexualmente transmissível, uso de drogas e violência.

O Brasil possui uma das legislações mais avançadas do mundo no que tange à doutrina de proteção integral de crianças e adolescentes e no plano das políticas relacionadas à saúde do adolescente e do jovem.

Resultados

Os principais resultados obtidos neste trabalho foi:

Evidenciar atividades educativas junto aos adolescentes principalmente nas escolas, favorecendo reflexões críticas acerca das modificações fisiológicas próprias da idade, a formação e capacitação individual e coletiva em assuntos pertinentes a esse parcela da população. Ainda, discutir medidas de proteção governamental frente as vulnerabilidades.

As oficinas interdisciplinares realizadas nas escolas em outros equipamentos da comunidade possibilitam melhor interação entre os profissionais e os adolescentes, além de representarem um espaço de reflexão sobre assuntos relacionados à sexualidade, violência, gravidez, Doenças sexualmente transmissíveis, temas dificilmente discutidos com a família ou na escola.

Tais oficinas apresentam-se, portanto, como instrumentos eficazes de prevenção e de promoção à saúde, tendo papel fundamental na formação do indivíduo.

Considerações finais

Com base no referencial teórico desta pesquisa, conclui-se que estamos avançados em estudos e proposição de diretrizes conceituais e teóricas para o assunto mas distantes no que refere a integração entre os vários saberes e sua aplicação prática.

Deve-se pensar, por parte da atenção básica, na necessidade de abordar o adolescente através de seus determinantes sociais dando ênfase ao ambiente em que vive este indivíduo e onde o encontramos cercado de sua realidade, sem suposições ou presunções que nos impede de enxergar as situações com de fato elas se apresentam.

A diversidade subjetiva das intervenções aqui analisadas é um fator marcante no processo. Devemos privilegiar, as ações integrais, descentralizadas e organizadas, apoiadas em movimentos coletivos seja na unidade de saúde, na escola, na comunidade com seus vários equipamentos ou através de projetos governamentais ou não, possibilitando práticas efetivas de prevenção e de promoção à saúde mais consistentes e transformadoras.

Referências

- Ministério da Saúde Saúde integral de adolescentes e jovens: orientações para a organização de serviços de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005.
- Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do adolescente.
- Ministério da Saúde Marco teórico e referencial : saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2006. 56 p
- LEÃO, Luciana Melo de Souza Saúde do adolescente: atenção integral no plano da utopia; Mestrado em Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães; Recife, 2005

*Médico generalista
caedusilva04@yahoo.com.br
** Orientador: Maria José
PSF Salgado Filho
Prefeitura Municipal de
Belo Horizonte



Ministério da
Educação



Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior



Universidade
Federal de
Minas Gerais

NESCON
Núcleo de Educação em Saúde Coletiva

AGORA

Secretaria de Gestão do Trabalho
e da Educação na Saúde

Ministério
da Saúde

